

SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO PROFISSIONAL: A DIMENSÃO EDUCATIVA DO TRABALHO SOCIAL

SOCIAL WORK AND PROFESSIONAL WORK: THE EDUCATIONAL DIMENSION OF SOCIAL WORK.

Antonio Inácio da Silva*

Camila Barbosa Vieira**

Maria José de Oliveira Lima***

RESUMO: Os desafios do século XXI tem posto ao profissional assistente social inúmeras demandas oriundas das expressões da questão social. Fato importante tem sido a importância do profissional se munir de conhecimentos para os enfrentamentos dessas expressões que cada vez mais se acentua na lógica da tirania do sistema capitalista. A constante qualificação e a criação de novas estratégias de intervenção tem sido uma das saídas no combate a essas problemáticas que no decorrer deste primeiro decênio tem se intensificado cada vez mais.

Palavras-chave: Trabalho Profissional; Serviço Social; Dimensão Educativa do Trabalho Social

ABSTRACT: *The challenges of 21st century has put to Social Workers professional numerous demands coming from expressions of the social issues. A important fact has been the importance of professional provide themselves of knowledge to manage the conflicting of these expressions that increasingly stresses the logic of tyranny of the capitalist system. The constant qualification and the creation of new intervention strategies has been one of the alternatives in combating these problems which in the course of this first decade has intensified increasingly.*

* Assistente Social, Graduado em Serviço Social pelo Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos – UNIFEB (2012), Pós-Graduado em Gestão de Saúde Pública pelo Instituto Educacional ALFA. E-mail: antois31@yahoo.com.br.

** Assistente Social, Graduada em Serviço Social pelo Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos – UNIFEB (2012), Pós-Graduada em Educação em e para Direitos Humanos na Diversidade Cultural pela Universidade de Brasília – UNB. Assistente Social da Associação Promocional da Família – Barretos/SP, tendo também como atribuição profissional o trabalho socioeducativo, gestão social, gerenciamento e coordenação de projetos sociais. E-mail: camila-b-v@hotmail.com.

*** Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social pela UNESP/Franca e Professora Titular do Departamento de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP/Franca, nos programas de Graduação e Mestrado em Serviço Social. E-mail: mj.oliveiralima@yahoo.com.br.

1 TRABALHO PROFISSIONAL E O PROJETO ÉTICO POLÍTICO

O Serviço Social desde suas origens tem como objetivo intervir junto às problemáticas oriundas do cenário contraditório que se instalava pelo capitalismo. O processo inicial desta transição societária trouxe consequências agressivas à população. O aumento da concentração populacional em zonas urbanas, o mercado industrial intensificado, desencadeando ainda mais vulnerabilidades, desigualdades e desproteção social à população proletariada.

Neste caminhar histórico a profissão adere a diferentes concepções, indo ao encontro do contexto histórico e da maturação profissional que a categoria foi atingindo, assim vai se moldando a concepção da profissão, elementos estes que contribuíram para a construção da identidade profissional e a concepção do ser assistente social.

Em meio ao agravamento e intensificação da questão social, com o aumento das vulnerabilidades e o empobrecimento da população trabalhadora, acirra-se o debate e a mobilização política da categoria dos profissionais de Serviço Social na tomada de posicionamento ideológico crítico, rompendo com o viés assistencialista e executor de práticas tradicionais/conservadoras.

Novas situações e exigências são levadas em cena, a profissão se atualiza e redefine suas estratégias e procedimentos interventivos, vendo a necessidade de se adequar às novas demandas postas na contemporaneidade.

A dimensão política do projeto é claramente enunciada: ele se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Correspondentemente, o projeto se declara radicalmente democrático – considerada a

democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida [...]. Enfim, o projeto assinala claramente que o desempenho ético-político dos assistentes sociais só se potencializará se o corpo profissional articular-se com os segmentos de outras categorias profissionais que compartilham de propostas similares e, notadamente, com os movimentos que se solidarizam com a luta geral dos trabalhadores. (NETO, 1999, p. 16).

O Serviço social se posiciona e vem historicamente lutando pela garantia e acesso a direitos, buscando através de sua prática interventiva profissional romper com processos de desigualdade que o sistema vigente gera por sua própria existência.

O profissional assistente social luta por um projeto de uma nova ordem societária, sociedade esta que garanta direitos à classe trabalhadora, por uma sociedade livre e emancipada. Esse é o compromisso profissional ético, político e teórico da categoria. O serviço Social tem um projeto profissional que tem uma direção crítica, ética e política muito clara, direção que se coloca em choque com o projeto societário capitalista vigente.

“A direção social do projeto ético-político profissional supõe o amadurecimento teórico político em relação aos limites da luta pelos direitos humanos, a partir de sua possibilidade real na sociedade em que vivemos, tendo-a como ferramenta estratégica complementar na construção de uma nova ordem”. (CFESS, 2005/2008). Colocando em pauta o projeto que norteia a profissão, a constituinte nacional e a Declaração dos Direitos Humanos, fica visível o quanto ainda precisa-se lutar para alcançar objetivos neles estipulados, como é o caso da universalidade e justiça social.

Toda essa reflexão histórica traz a cena o contexto emergente e contraditório desta organização societária, não se pode negar que a violação dos direitos humanos já se faz presente na sociedade brasileira, e que tais inviabilidades vêm sendo naturalizadas e ignoradas pela lógica dominante burguesa.

Em primeiro lugar, para garantir uma sintonia do Serviço Social com os tempos atuais é necessário

romper com uma visão endógena, focalista, uma visão “de dentro” do Serviço Social, prisioneira em seus muros internos. Alargar os horizontes, olhar para mais longe, para o movimento das classes sociais e do Estado em suas relações com a sociedade; não para perder ou diluir as particularidades profissionais, mas, ao contrário, para iluminá-las com maior nitidez. Extrapolar o Serviço Social para melhor apreendê-lo na história da sociedade da qual ele é parte e expressão. É importante sair da redoma de vidro que aprisiona os assistentes sociais numa visão de dentro e para dentro do Serviço Social, como precondição para que possa captar as novas mediações e requalificar o fazer profissional, identificando suas particularidades e discutir alternativas de ação [...]. O assistente social tem sido historicamente um dos agentes profissionais que implementam políticas sociais especialmente políticas públicas. [...] que atua na relação direta com a população usuária. (IAMAMOTO, 2013, p. 20).

Para refletir e compreender aspectos que envolvam a atribuição profissional do assistente social na contemporaneidade é necessário remeter-se a compreensão sobre a necessidade da constante leitura crítica da realidade e da prática executada. A prática profissional consoante com os princípios éticos e o posicionamento ideológico são aspectos que devem estar presente no cotidiano.

I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;

II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;

III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;

IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;

V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; (CFESS, 2005, p. 23).

Os aspectos que são levantados no código de ética profissional, muito estudado na universidade, devem sem ser claramente desvendado no dia-dia da prática profissional interventiva. O profissional deve realizar constantemente leitura subjetiva da realidade, colocando em prática a percepção crítica embasada nos estudos e orientações teóricas, sendo a práxis profissional um procedimento que se deve estender a todo o processo da caminhada profissional.

A perspectiva crítica referenda o projeto societário da classe subalterna, bem como a necessária articulação entre o fazer profissional e o reconhecimento da realidade social como parte fundamental da intervenção. Essa perspectiva compreende que a prática profissional se constitui por meio de múltiplas determinações, no reconhecimento do caráter histórico e social presentes no exercício profissional; nas competências evidenciadas do campo teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político; a análise da realidade social; o reconhecimento das condições objetivas de vida do usuário; o caráter interventivo constitutivo da profissão. (TORRES, 2009, p. 7).

Ter claro qual o posicionamento ideológico que a categoria profissional adota é um dos exercícios que se deve fazer desde a formação acadêmica, compreender o que é justiça social em um contexto capitalista, é a condição primária para uma intervenção qualificada.

Na busca de superar esse modelo excludente, na execução das atribuições profissionais em consonância com o projeto ético-

político, o assistente social deve ir além, deve lutar pelo movimento contrário da desvalorização dos direitos humanos, da desigualdade, deve ter o exercício profissional que fortifique a luta pela igualdade, rompendo posturas reprodutoras do paradigma da segregação e desumanização.

2 DIMENSÃO INTERVENTIVA: O CARÁTER EDUCATIVO DO TRABALHO SOCIAL

O Serviço Social é uma profissão de natureza eminentemente interventiva que atua no campo das relações humano-sociais. É uma forma de especialização do trabalho coletivo, socialmente construído. Participa do processo global do trabalho, e tem, portanto, uma dimensão sócio-histórica e política que lhe é constitutiva e constituinte. Como área de conhecimento e de intervenção profissional o Serviço Social se consolida em suas relações com as demais profissões e com as práticas societárias mais amplas. O exercício profissional, expressão material e concreta do processo de trabalho do Assistente Social, explicita a natureza interventiva da profissão, cujo fim último é sempre a emancipação social dos sujeitos com quem atua. (MARTINELLI, 2007, p. 21).

O caráter interventivo do profissional assistente social, desde seu processo de reconceitualização, que ocorreu nas décadas de 1960 e 1970, vem se fundamentando na valorização teórica e pensamento crítico-dialético, onde passa a prezar pela luta intransigente da defesa e garantia dos direitos humanos, como já abordou-se anteriormente. Logo se sabe que desde suas origens a profissão é chamada a intervir no campo de conflitos oriundos do capitalismo. Desde o início desta transação econômica, grandes tem sido as consequências à população.

Entendendo o atual contexto social, econômico e político na perspectiva crítica, reconhece-se que as relações antagônicas entre Capital X Trabalho vem acarretando várias expressões da Questão

Social na sociedade, expressões essas complexas, multifacetadas e ainda mais aguçadas.

No entender de Faleiros (1999), a Questão Social é muito ampla, expressa por múltiplas problemáticas, não podendo ser referenciada a uma única definição. Reforça ainda que o profissional de Serviço Social figura como um dos agentes que podem contribuir em busca de uma ordem societária, mais justa e igualitária, mas não somente a única.

O contexto social capitalista minimalista reproduz a lógica e ideologia de poder no país, o sistema criando cada vez mais estratégias para alienação de uma sociedade, sociedade esta que não questione por seus Direitos.

Vive-se em tempos que se fala muito em direitos humanos, ações que muitas vezes vem para camuflar a negligência do Estado, fruto da cultura deste sistema econômico que visa e prioriza questões financeiras em detrimento de questões humanas.

A cena contemporânea exige ainda mais do profissional o olhar crítico da realidade multifacetada, compreendendo as mudanças históricas que vem afetando o mundo e estabelecendo novas mediações nas expressões da questão social. Conforme coloca Pontes (1997) sem a mediação no campo interventivo do serviço social é impossível sua definição teórico-metodológica em relação ao fazer profissional.

Conforme coloca Simionatto (2013), o eixo determinante da prática é pensar a relação da profissão com a realidade intervinda, de como a profissão está estabelecendo suas relações com os sujeitos alvo em suas intervenções.

Assim, embasado nas reflexões de Pontes e Simionatto, conclui-se a importância de se repensar como esta intervenção está sendo realizada, de como está imprimindo os objetivos e propostas ético-políticas na intervenção social, e por fim, de que forma a compreensão mediatizada está sendo posta entre teoria, prática e contradições desvendadas no cotidiano profissional.

O modelo de desenvolvimento proposto e construído a partir da perspectiva neoliberal gera processos de exclusão econômica, política, cultural, de gênero,

étnica, religiosa e de geração... acompanhados do medo e da violência como modos de recusar uma sociedade que negou e frustrou o direito de construir identidades diversas. (CENDALES; MARIÑO, 2006, p. 13).

O trabalho profissional do assistente social historicamente é uma das dimensões de discussão que mais se tem envolvido o Serviço Social, seja em espaços acadêmicos ou de organização da categoria. Tais indagações podem estar ligadas ao fato dialético que a profissão se insere, assim complementa Freitas:

Essa discussão está ligada ao fato de que a profissão historicamente tem sido chamada a intervenção na realidade, e na atual configuração da sociedade diversos são os setores que se constituem campo de trabalho para o assistente social. A reflexão sobre as estratégias de intervenção para o profissional, inserido nesses diversos espaços de trabalho devem estar em consonância com os pressupostos do projeto ético-político profissional e, concomitantemente, com a disponibilidade para a construção do “novo”, a partir da realidade observada. Infelizmente, devido a concepções equivocadas a respeito da forma de construção do conhecimento científico, criou-se uma cisão entre saber acadêmico e saber profissional, como se estivessem em lados antagônicos. No Serviço Social esta cisão expressa-se na separação entre teoria e prática. Por muito tempo ouviu-se que “teoria era uma coisa e prática, outra” (FREITAS, 2011, p. 30).

Nota-se acima a profissão vêm sendo chamada para atuar de forma estratégica, nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais, como forma de atingir seu objetivo central, no enfrentamento das manifestações da Questão Social.

O trabalho profissional do assistente social vem sendo refletido e estudado, atentando pela práxis (teoria X prática). A dialética no cotidiano profissional, através das mais diversas estratégias de alcance, como abordado por Freitas acima, deve ser traduzidas pela teoria.

No entanto, vale se atentar de forma mais aprofundada sobre a dimensão educativa do trabalho profissional do assistente social.

- Dimensão Interventiva: aquela em que se explicita não somente a construção mas a efetivação das ações desenvolvidas pelo assistente social. Compreende intervenção [...] o fazer profissional; dela emerge a existência, a materialidade e a concreticidade da profissão. Implica uma possibilidade do exercício profissional do assistente social, visto sob a perspectiva crítica, como superação de uma prática reiterativa. Os assistentes sociais entendem que seu papel fundamental é posicionar-se, tomando como referência as necessidades apresentadas – via demanda de atendimento – pela classe subalterna, buscando consolidar uma atuação profissional cuja marca seja a defesa dos direitos sociais previstos na legislação social brasileira. (TORRES, 2009, p. 217).

Neste contexto vê-se a importância de uma intervenção profissional com a dimensão educativa, promovendo e trabalhando em busca de ações que politize e conscientize a população em prol a igualdade social, democracia e cidadania.

A prática profissional do assistente social, juntamente a esta compreensão de homem e mundo, agregando a compreensão histórica dos Direitos Humanos em seu cotidiano profissional, pode muito contribuir na disseminação desta luta.

Os desafios postos neste campo de luta invocam o assistente social a agregar tais conhecimentos a sua prática. A prática que já tem os mesmos objetivos, “ressocializar”, articular, mediar, pode e deve vincular esta metodologia educativa como mecanismos e instrumentos para garantir direitos numa perspectiva de democratização.

Atuar de maneira ética e garantindo o compromisso profissional com a população é um desafio, entendendo que a sociedade é mutável e o profissional também deve se adequar e preparar-se para a realidade interventiva.

Assim, a educação nas ações interventivas do trabalho do assistente social, possibilita criar um processo de descoberta e

tomada de consciência das pessoas sobre as suas responsabilidades no exercício de direitos e cumprimento de deveres, e na organização social por novas conquistas, baseando-se no referencial histórico e cultural do povo brasileiro. (PERNANBUCO, 2006, p. 16).

[...] função pedagógica do assistente social em suas diversidades é determinada pelos vínculos que a profissão estabelece com as classes sociais e se materializa, fundamentalmente, por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e de agir dos sujeitos envolvidos nos processos da prática. (ABREU, 2011, p. 17).

Quando se fala em prática pedagógica dentro das ações interventivas do profissional assistente social, fala-se nessas relações entre o profissional e os beneficiários, pode-se apontar que a defesa e luta intransigente pela efetivação dos direitos humanos é uma das práticas pedagógicas do exercício profissional, pois só se garante um direito via conhecimento, uma luta sem conhecimento é fadada ao fracasso.

“Os processos educativos e de orientação devem ser enfatizados e desenvolvidos de preferência por atuação multiprofissional – homogênea e simétrica –, fundamentada num complexo de ações socioeducativas inclusivas, num mix de abordagens individuais, grupais e comunitárias”. (MESTRINER, 2013, p. 48).

Vive-se num momento histórico em que alguns aspectos sociais vieram se perdendo, na era da industrialização havia menos tecnologia, no entanto, as relações eram mais fortalecidas e organizadas. Atualmente o mercado muito se aplica na lógica do individualismo, o que fragmenta e enfraquece ainda mais as relações entre os grupos sociais.

Não se tem luta pelos interesses de Classe, interesse dos trabalhadores, o que existe são grupos fragmentados lutando isoladamente pelos seus interesses particularizados, e é neste contexto que se faz ainda mais importante a efetiva intervenção profissional do assistente social na dimensão educativa.

Ao refletir sobre a construção de uma proposta que conduza à prática pedagógica para as ações [...], é importante considerar não só os procedimentos, mas os espaços que venham garantir a mudança de atitudes frente ao novo modelo de intervenção social. [...] isso provoca a reflexão sobre a importância da educação para a cidadania. Cabe às equipes atender as necessidades e demandas apresentadas pelos usuários, uma vez que é função social das Políticas Básicas, nos seus diversos serviços. Isso corresponde ao que fazer. (PERNANBUCO, 2006, p. 24)

A atribuição profissional do assistente social não é de educar nos formatos sistêmicos da educação formal, mas sim em potencializar a força do grupo ao qual intervém, força essa de âmbito reflexiva – ativa, como foi citado acima.

Os espaços sócio-ocupacionais em que o profissional está inserido são extensos, o que potencializa a efetividade das ações educativas no olhar macro da realidade.

Para que a Atenção Socioeducativa possa representar uma mudança radical da Assistência Social, e não apenas meras transformações localizadas e limitadas, que não podem superar a Atenção Filantrópica, é preciso entendê-la como um processo social complexo, no qual aconteçam simultaneamente e articuladamente transformações nos planos técnico-científico, político-jurídico, teórico-conceitual e sociocultural [...]. (BENELLI, 2014, p. 183).

A intervenção pela prática social educativa contribui para a construção social coletiva, orientação e responsabilidade, ou seja, valores éticos de cidadania. O assistente social enquanto agente efetivador de direitos pode então contribuir neste enfoque mobilizando os atores envolvidos na comunidade para reassumirem suas responsabilidades, e assim, serem, em conjunto, atores protagonistas de suas histórias e construtores ativos de uma realidade histórica, sujeitos sócio-históricos pensantes e atuantes.

O modelo dialética [...] constituído pelo que poderia ser denominado de Atenção Socioeducativo, cujo

objetivo maior seria a viabilização de direitos para famílias e indivíduos, considerados como cidadãos de direitos. [...] o atendimento socioeducativo é baseado na concepção do sujeito como cidadão de direitos, traduzidos pelos conceitos de defesa, de proteção e de transformação social. O sujeito é entendido como sendo produtor e ao mesmo tempo uma produção coletiva e dialética do contexto social, e suas demandas e necessidades precisam ser acolhidas a partir de uma compreensão sócio-histórica. A análise crítica da produção coletiva da vida social torna compreensíveis as características do sujeito e seus problemas, superando hipóteses inatistas [...] e adotando uma compreensão dialética crítica e histórica da vida social. Supera-se a naturalização da pobreza na busca de suas causalidades sociais estruturais [...]. (BENELLI, 2014, p. 186).

As discussões em torno da intervenção que promova ações coletivas voltadas à cidadania e construção democrática participativa, sugerem que o profissional perpassa os aspectos superficiais, pontuais ou emergenciais, é necessário intervir na prevenção, prevenção de todos os tipos de violações e vulnerabilidades, através da informação, orientação, através de ações de educação não-formal.

“A pedagogia fundamenta-se numa concepção dialética e crítica (Educação Popular). [...] visando a emancipação popular e à transformação social. O Serviço Social se alinha com uma perspectiva crítico-dialética (materialismo histórico) [...] visando lidar de modo complexo e transdisciplinar com questões igualmente complexas”. (BENELLI, 2014, p. 186).

As atribuições devem ter caráter político-pedagógico, no Serviço Social elas são efetivas nas intervenções sócioeducativas. O assistente social contribui muito para a construção de um contexto social, já que suas respostas interventivas não ficam restritas somente em práticas emergentes e imediatas.

[...] a lógica das ações socioeducativas, realizadas no escopo dos processos socioassistenciais, está centrada nos usuários, enquanto sujeitos de

Direitos. Nessa lógica, desenvolve-se, por meio das relações que se estabelecem entre assistentes sociais e usuários, um processo educativo que possibilita aos usuários, a partir de suas individualidades, apreender a realidade de maneira crítica e consciente. (MIOTO, 2009, p. 501).

“**Considerando** a dimensão do projeto ético político do Serviço Social que sinaliza a importância de disseminar uma cultura crítica dos direitos humanos, diferenciando-a da abordagem liberal-burguesa”. (CFESS, 2006, Grifo do autor).

O assistente social, detentor de uma abordagem ideológica crítica, permeia seu posicionamento ético, teórico, político e interventivo às demandas sociais, prezando pela participação e empoderamento social, o profissional de Serviço Social vem lutar pela democracia plena e participativa.

Todo mundo tem direitos inalienáveis: viver a própria vida, desenvolver suas capacidades, desrespeito à liberdade, à honra, à livre iniciativa, ao trabalho, à moradia decente, à saúde, à educação e também ao lazer. Enfim, cada ser humano tem direito a tudo o que for necessário para que sua vida seja dignamente vivida, desenvolvida e aperfeiçoada. (HEERDT, 2005, p. 8).

Falar sobre os Direitos supracitados acima, pode ser lógico, para tanto, considerar esses direitos, básicos e tão próximos como acessíveis em uma sociedade competitiva e perversa, se torna direitos muitas vezes ainda remotos.

“Avançamos em tecnologias e o mundo se une, oferecendo a possibilidade de nos comunicar com rapidez [...] mas o outro continua distante, quando não, inimigo. Assim, temos, infelizmente, um grande quadro de guerras”. (HEERDT, 2005, p. 21).

Não se pode negar que todo esse progresso tecnológico veio a contribuir e muito para o avanço da sociedade, mas é neste contexto que a percepção crítica deve ser redobrada. As conquistas societárias em relação à tecnologia, a possibilidade de ter o mundo

por perto, não pode exilar do ser humano a sensibilidade e o olhar pro outro.

[...] promover uma educação que contribua com a compreensão, a conquista e a vivência desses direitos no nosso meio. Um aspecto importante para a Educação em Direitos Humanos [...] é a promoção e criação de uma cultura informada pelos direitos que contribua para a afirmação da cidadania e dos processos democráticos em todas as dimensões da vida das pessoas e das sociedades. (CANDAUI et al. 2013, p. 33).

Contribuir com a realidade social, com a garantia e defesa dos Direitos, com a construção de novas realidades e histórias de vida, exige do profissional postura inovadora e desafiadora, porém necessária. Faz-se necessário sair dos ambientes de conforto, se confrontar com a realidade de fato, é necessário agir, intervir, programar e possibilitar que toda a teoria tenha vida na prática profissional.

CONCLUSÃO

Compreender o compromisso profissional e para qual realidade o assistente social vem intervir, mostra a importância da dimensão educativa no trabalho social.

Agregar conhecimentos como os de Educação em Direitos Humanos, Educação Ambiental e Educação não-formal, potencializa tal intervenção profissional, não sendo falas restritas de outra área do saber, mas também do Serviço Social, que primordialmente nasce e se alicerça profissionalmente para intervir na realidade social, articulando como agente efetivador de Direitos em uma sociedade extremamente negligente.

Por este motivo a grande importância deste estudo é levantar possibilidades e caminhos da prática social educativa, entendendo a importância da formação crítica e qualitativa, bem como o trabalho profissional em consonância com seu projeto ético político.

Levantar uma questão que possa futuramente, a partir da intervenção contribuir para a construção de uma nova cidadania política que poderá ser o primeiro grande passo para a construção de uma nova ordem societária.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, Cortez, n. 79, ano XXV, especial 2004.

_____. **Serviço Social e a organização da cultura:** perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 4. ed. 2011.

BENELLI, Silvio José. **Entidades Assistenciais Socioeducativas:** a trama institucional. Petrópolis – RJ: Vozes, 2014.

CANDAU, Vera Maria. et al. **Educação em Direitos Humanos e formação de professores(as)**. São Paulo: Cortez, 2013.

CENDALES, Lola; MARIÑO, German. **Educação não-formal e educação popular:** para uma pedagogia do diálogo cultural. São Paulo: Loyola, 2006.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Resolução 489/2006 de 03 de junho de 2005. Ementa Código de Ética Profissional.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social; ABEPSS, Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais; MIOTO, Regina Célia. **Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social; CRESS, Conselhos Regionais de Serviço Social; ABEPSS, Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social ENESSO, Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social**. Brasília: CFESS/CRESS/ABEPSS/ENESSO, 2010. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/incompatibilidade_ead_e_ss_cfesscress.pdf> Acesso em: 10 Jan. 2016.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FREITAS, Tais Pereira. Serviço Social e medidas socioeducativas: o trabalho na perspectiva da garantia de direitos. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 105. 2011.

HEERDT, Mauri Luiz. **Construindo a paz: reflexões, ações, testemunhos, teatros, dinâmicas, e mensagens para construir um mundo pacífico através da solidariedade**. São Paulo: Mundo e Missão, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O exercício profissional do assistente social na área da saúde: algumas reflexões éticas. In: **Serviço Social e Saúde**. São Paulo, v. 6, n. 6, p. 21-33, maio 2007.

_____. Inovações e melhores práticas. In: EDESP, Escola de Desenvolvimento Social. **Curso ONG e o combate à extrema pobreza**. São Paulo: SEDS-SP, 2013.

MIOTO, Regina Célia. Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias. In: CFESS, Conselho Federal de Serviço Social; ABEPSS, Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**; Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB, 1999.

PERNAMBUCO, Secretaria do Desenvolvimento social e Cidadania. **Prática Pedagógica na Assistência Social fortalecendo o processo de Inclusão Social através do CRAS: Projeto de Capacitação. Prática Política – Pedagógica: Ferramenta de Inclusão Social**. 1 CIDADANIA I. Título II. Subtítulo. CDU 342. Recife: Bagaço, 2006. 68 p.

PONTES, Reinaldo Nobre. Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. 2 ed. rev. São Paulo: Cortez, 1997.

SIMIONATO, Ivete. Formação e exercício profissional: desafios e perspectivas à concepção do Serviço Social. In: **CONGRESSO CATARINENSE DE ASSISTENTES SOCIAIS**; 1. 2013, Florianópolis. CRESS-SC. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zgd72omoGkY>>. Acesso em: 05 Jan. 2016.

TORRES, Mabel Mascrenhas. As múltiplas dimensões presentes no exercício profissional do assistente social: intervenção e o trabalho sócio-educativo. In: **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 12, n. 1, p. 202-227, Jul./Dez. 2009.